

## PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

- CNPJ/MF nº 08.561.701/0001-01 - NIRE 35300495934

## Relatório da Administração

Em atendimento aos dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Administração do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("PagSeguro" ou "Companhia"), subsidiária do PagSeguro Digital Ltda. ("PagSeguro Digital") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do PagSeguro relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O PagSeguro é um arranjo de pagamento fechado e uma instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamentos pós-pagos além de desempenhar atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento e participação em outras sociedades, cujo objeto social seja relacionada, necessária ou conveniente a consecução do objeto social da sociedade no Brasil e/ou no exterior. O PagSeguro obteve em 17 de outubro de 2018 autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, o PagSeguro passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN, além de seguir os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Nesse sentido, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações

introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Com o objetivo de melhorar a experiência dos clientes e sinergia dos produtos ofertados pela Companhia, em agosto de 2023 o PagSeguro absorveu todos os novos processamentos oriundos da Wirecard Brazil Instituição de Pagamento S.A. ("Moip"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o PagSeguro obteve R\$492 bilhões de valor financeiro transacionado em aquisição e atingiu 6.3 milhões de clientes ativos (com pelo menos uma transação nos últimos 12 meses), sendo um aumento de 26% representando R\$103 bilhões em relação ao valor financeiro transacionado de R\$389 bilhões comparado ao exercício de 2023. O PagSeguro obteve lucro líquido de R\$1.023.8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, uma redução de 10% representando R\$110.5 milhões comparado ao montante de R\$1.134.3 milhões do exercício de 2023, os principais fatores destacados abaixo: (i) A receita de prestação de serviços totalizou o valor de R\$14.642.4 milhões substancialmente representada pela receita de intermediação financeira e pré-pagamento, um aumento de 3% sendo R\$510.4 milhões comparado ao valor de R\$14.131.9 milhões do exercício de 2023. (ii) As despesas operacionais totalizaram R\$9.662.0 milhões no exercício de 2024, mesmo com o aumento no custo de transação de R\$1.026.1 milhões (devido ao acréscimo de TPV e ao mix de clientes), houve uma redução de 6% representando R\$585.4 milhões comparado ao valor de R\$10.247.5 milhões no mesmo período de 2023, principalmente devido a uma redução no custo de antecipação de R\$1.841.4 milhões devido alteração na estratégia de funding do Grupo. (iii) As despesas administrativas totalizaram R\$3.512.2 milhões no exercício de 2024, um aumento de 28%, sendo R\$771.7 milhões acima comparado ao valor de R\$2.740.5 milhões referentes ao exercício de 2023 principalmente relacionado aos gastos com

marketing e publicidade devido a estratégia de expansão da marca e as despesas com depreciação e amortização devido aumento do imobilizado e intangível. (iv) As despesas tributárias totalizaram R\$1.335.7 milhões no exercício de 2024 um aumento de 1% representando R\$18.9 milhões comparado ao valor de R\$1.316.8 milhões referentes ao exercício de 2023, principalmente relacionado ao aumento da receita de prestação de serviços. (v) O resultado bruto da intermediação financeira totalizou R\$1.313.3 milhões no exercício de 2024 uma redução de 35% representando R\$693.9 milhões comparado ao valor de R\$2.007.3 milhões referentes ao exercício de 2023, essa queda está relacionada principalmente ao aumento nos juros passivos sobre os empréstimos obtidos. No exercício de 2024, os ativos do PagSeguro totalizaram R\$70.182.7 milhões, um crescimento de 62% representando R\$26.815.0 milhões comparado ao total de R\$43.366.7 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O principal ativo do PagSeguro refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito no valor de R\$53.464.3 milhões, um crescimento de 95% sendo R\$26.071.4 milhões comparado ao valor de R\$27.392.9 milhões referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. No exercício de 2024, o patrimônio líquido totalizou R\$9.786.0 milhões, apresentou crescimento de 7% sendo R\$658.9 milhões comparado a R\$9.127.1 milhões referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o aumento está relacionado ao resultado obtido no exercício de 2024 deduzidos substancialmente dos dividendos distribuídos no período. Em relação às movimentações de caixa, importante reiterar o comprometimento do PagSeguro em ser uma empresa disruptiva no mercado e com relevantes investimentos em tecnologia, prova disso é o investimento de R\$2.271.8 milhões em intangíveis e imobilizados, composto basicamente por desenvolvimento de softwares e POS. São Paulo, 26 de março de 2025.

## Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º Semestre 2024	2024	Exercícios 2023
Receitas de intermediação financeira		2.199.323	3.766.589	2.383.812
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4 e 5	2.199.323	3.766.589	2.383.812
Despesas de intermediação financeira	19	(1.469.066)	(2.453.279)	(376.549)
Operações de empréstimos e repasses		(1.469.066)	(2.453.279)	(376.549)
Resultado bruto da intermediação financeira		730.257	1.313.310	2.007.263
Outras receitas/despesas operacionais		(200.388)	(23.638)	(379.159)
Receitas de prestação de serviços	18	7.285.955	14.642.363	14.131.921
Resultado de participações em coligadas e controladas	8	68.050	140.852	29.634
Outras receitas operacionais		33.943	57.654	37.760
Despesas administrativas	20	(1.870.913)	(3.512.222)	(2.740.515)
Despesas operacionais	21	(4.856.703)	(9.662.016)	(10.247.460)
Despesas tributárias	22	(656.415)	(1.335.710)	(1.316.836)
Despesas de pessoal	23	(204.305)	(354.559)	(273.663)
Resultado operacional		529.869	1.289.672	1.628.104
Receitas (despesas) não operacionais		4.035	4.153	(914)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		533.904	1.293.825	1.627.190
Imposto de renda e contribuição social		(79.631)	(4.893)	(265.262)
Provisão para imposto de renda	15	32.770	(15.951)	(5.215)
Provisão para contribuição social	15	13.719	(3.613)	(2)
Ativo fiscal diferido	15	33.142	24.457	(260.045)
Participações no lucro		(133.793)	(274.872)	(227.863)
Lucro líquido do semestre/exercício		479.742	1.023.846	1.134.265
Quantidade de ações		1.662.133.845	1.662.133.845	1.662.133.845
Lucro líquido por ação (em R\$)		0,2886	0,6160	0,6318

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º Semestre 2024	2024	Exercícios 2023
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		533.904	1.293.825	1.627.190
Participação no lucro		(133.793)	(274.872)	(227.863)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social - ajustado		400.111	1.018.953	1.399.524
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:				
Depreciação e amortização	20	833.243	1.593.425	1.352.773
Baixas de imobilizado sem ganho/perda	9	88.480	185.417	306.751
Equivalência patrimonial	8	(68.050)	(140.852)	(29.634)
Total de perdas	21	160.079	261.126	319.161
Acréscimo (reversão) provisão para contingências	16	5.248	27.899	66.299
Juros, receitas de aplicações financeiras e variação cambial, líquida		(695.485)	(1.239.150)	(3.060.927)
Variação de ativos e passivos operacionais		(18.373.373)	(30.291.790)	(17.380.596)
Relações Interfinanceiras		(343.797)	(302.690)	(927.864)
Outros Créditos		1.677.064	2.758.451	3.752.922
Instrumentos financeiros		(65.691)	(94.163)	(17.149)
Outros valores e bens		(996.363)	(792.318)	823.701
Depósitos		1.259.755	1.332.509	942.405
Diversas		(9.588)	(499)	2.081
Resultado de exercício futuro		(16.128.347)	(25.078.302)	(12.450.353)
Caixa aplicado pelas atividades operacionais		(17.314)	(17.314)	(6.351)
Imposto de renda e contribuição social pagos		1.967.915	3.959.262	4.072.897
Juros recebidos		(14.177.746)	(21.136.354)	(8.383.807)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais		(14.177.746)	(21.136.354)	(8.383.807)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre 2024	2024	Exercício 2023
Resultado líquido do semestre/exercício	479.742	1.023.846	1.134.265
Resultados abrangentes que poderão ser reclassificados para resultado em períodos subsequentes			
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda e instrumentos derivativos	(125.701)	(126.710)	(176)
Imposto de renda diferido	42.738	43.081	60
Resultado abrangente do semestre/exercício	396.779	940.217	1.134.149

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

período de 5 anos. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares. Os custos também incluem, se aplicável, os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada não superior a cinco anos. 2.9. Redução ao valor recuperável de ativos: Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, o PagSeguro deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso. 2.10. Ágio: O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios. O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado pelo prazo de cinco anos, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável ou ao maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável. O ágio decorrente de investimentos em controladas é classificado na rubrica de investimento nas demonstrações financeiras, como demonstrado na nota 8. 2.11. Obrigações com terceiros e Depósitos: As obrigações com terceiros referem-se a saldos devidos a clientes que utilizam a plataforma do PagSeguro. O PagSeguro reconhece o valor justo da transação, ou seja, o montante líquido do custo de transação. O valor de obrigações com terceiros registrado como depósitos se refere ao valor disponível para retirada do cliente, enquanto o montante registrado como outras obrigações corresponde aos montantes a serem ainda repassados aos estabelecimentos comerciais referentes às transações feitas pelos portadores de cartões. 2.12. Empréstimos: Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo menos quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, exceto pelo derivativo embutido, que é mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como por meio do processo de amortização pelo método dos juros efetivos. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que são par-

Ativo	Nota explicativa	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	759.236	1.948.218
Instrumentos financeiros		1.881.589	212.756
Carteira própria	5	1.881.589	212.756
Relações interfinanceiras		52.981.143	27.142.404
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	52.981.143	27.142.404
Outros créditos	7	673.981	1.214.219
Rendas a receber		92.526	16.059
Diversos		581.455	1.198.160
Instrumentos derivativos Swap		58.470	-
Derivativos de instrumentos financeiros	12	58.470	-
Outros valores e bens		121.464	101.405
Despesas antecipadas		121.464	101.405
Total do ativo circulante		56.475.883	30.619.002
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros		5.293.487	6.267.728
Carteira própria	5	5.293.487	6.267.728
Relações interfinanceiras		483.166	250.501
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	483.166	250.501
Outros créditos		1.662.100	1.341.369
Diversos	7	1.662.100	1.341.369
Outros valores e bens		25.144	9.511
Despesas antecipadas		25.144	9.511
Permanente			
Investimentos		1.193.830	307.947
No país	8	1.193.830	307.947
Imobilizado em uso		2.485.735	2.354.208
Imobilizações de uso	9	4.612.344	3.935.007
(Depreciações acumuladas)	9	(2.126.609)	(1.580.799)
Intangível		2.562.327	2.216.456
Ativos intangíveis	10	5.220.969	4.085.221
(Amortizações acumuladas)	10	(2.658.632)	(1.868.765)
Total do ativo não circulante		13.705.799	12.747.719
Total do ativo		70.181.682	43.366.722

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Circulante			
Depósitos		1.083.052	1.875.369
Outros depósitos	11	1.083.052	1.875.369
Outras obrigações		18.041.464	15.888.685
Valores a repassar a estabelecimentos	11	16.483.060	14.701.522
Diversas	11	1.249.075	936.135
Fiscais e previdenciárias	14	309.329	251.028
Empréstimos	12	38.225.852	13.190.633
Empréstimo no país		37.329.616	12.983.576
Empréstimo no exterior		896.236	189.426
Derivativos de instrumentos financeiros		-	17.631
Resultados de Exercícios Futuros	2.14	128.331	124.635
Resultados de Exercícios Futuros		128.331	124.635
Total do passivo circulante		57.478.699	31.079.322
Passivo exigível a longo prazo			
Outras obrigações		2.900.447	3.139.543
Fiscais e previdenciárias	14	2.146.022	2.216.958
Diversas	11	669.855	736.724
Valores a repassar a estabelecimentos	11	84.570	185.861
Resultados de Exercícios Futuros		16.579	20.774
Resultados de Exercícios Futuros	2.14	16.579	20.774
Total do passivo exigível a longo prazo		2.917.026	3.160.317
Patrimônio líquido			
Capital - de domiciliados no país	17	4.676.969	4.676.968
Reservas de lucros	17	5.192.826	4.450.324
Ajustes de avaliação patrimonial	17	(83.838)	(209)
Total do patrimônio líquido		9.785.957	9.127.083
Total do passivo e patrimônio líquido		70.181.682	43.366.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		4.676.968	307.751	4.308.308	-	(93)	9.292.934
Lucro líquido do semestre	17	-	-	-	1.134.265	-	1.134.265
Constituição de reserva legal	17	-	56.713	-	(56.713)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	17	-	-	-	-	(116)	(116)
Distribuição de dividendos	17	-	-	(1.300.000)	-	-	(1.300.000)
Constituição de reserva de retenção de lucro	17	-	-	1.077.552	(1.077.552)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		4.676.968	364.464	4.085.860	-	(209)	9.127.083
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	1.023.846	-	1.023.846
Constituição de reserva legal	17	-	51.192	-	(51.192)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	17	-	-	-	-	(83.629)	(83.629)
Distribuição de dividendos	17	-	-	(281.344)	-	-	(281.344)
Dividendos obrigatórios	17	-	-	10.238	(10.238)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucro	17	-	-	962.415	(962.415)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		4.676.968	415.656	4.777.169	-	(83.838)	9.785.957
Saldos em 30 de junho de 2024		4.676.968	391.669	4.591.416	-	(875)	9.659.178
Lucro líquido do semestre	17	-	-	-	479.742	-	479.742
Constituição de reserva legal	17	-	23.987	-	(23.987)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	17	-	-	-	-	(82.963)	(82.963)
Distribuição de dividendos	17	-	-	(270.000)	-	-	(270.000)
Dividendos obrigatórios	17	-	-	4.796	(4.796)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucro	17	-	-	450.957	(450.957)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		4.676.968	415.656	4.777.169	-	(83.838)	9.785.957

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: O PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("PagSeguro"), uma subsidiária do PagSeguro Digital Ltda. ("PagSeguro Digital"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de setembro de 2006, sediada na cidade de São Paulo - SP,

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. - CNPJ/MF nº 08.561.701/0001-01 - NIRE 35300495934									
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)									
				31 de dezembro de 2023					
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>te integrante do método de juros efetivos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na despesa de juros nas demonstrações de resultados. 2.13. Provisões: O PagSeguro é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias, previdenciárias e cíveis, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, histórico das ações, opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas para as provisões cujo risco de perda é remota, não é requerida a divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao PagSeguro, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas. 2.14. Reconhecimento da receita de serviços: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do PagSeguro. As receitas de prestação de serviços são representadas substancialmente por: • Receita com taxa de intermediação: receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos. São reconhecidas em termos brutos e os custos de transação relacionados são reconhecidos como despesas operacionais; • Receita com pré-pagamento: taxa de desconto cobrada sobre os pagamentos antecipados de obrigações com terceiros (merchants). A receita é reconhecida quando é efetuado o pagamento para os merchants de forma antecipada referente aos recebíveis de origem de vendas parceladas, sendo registrada na rubrica de receita de prestação de serviços na demonstração do resultado; e • Receita de adesão: taxa não reembolsável para adesão de clientes ao ecossistema de serviços providos pelo PagSeguro. A receita de adesão é diferida ao longo do tempo baseado nas métricas internas dos clientes do portfólio do PagSeguro. O saldo registrado no balanço patrimonial na rubrica de resultados de exercícios futuros é composto basicamente por esta receita diferida. 2.15. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do ano, com base no estatuto social, que prevê que, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos diretores em Reunião de Diretoria. 2.16. Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP e PILP Metas): O PILP Metas foi estabelecido pelo PagSeguro Brasil em 18 de dezembro de 2018, conforme aprovado por nosso conselho de administração, e ratificado em 7 de agosto de 2019, 21 de fevereiro de 2020, 19 de janeiro de 2021, 16 de agosto de 2021 e 22 de dezembro de 2021. Os beneficiários do PILP Metas são selecionados pelo Comitê de Metas, composto por nosso Presidente do Conselho de Administração e dois diretores. Os beneficiários dos Objetivos recebem prêmios, que podem ser pagos em dinheiro, ações ordinárias Classe A ou uma combinação das duas, a critério do Comitê, com base nas metas estabelecidas em nosso plano de participação nos resultados corporativos para o ano. Se qualquer parte de um prêmio for pagável em ações ordinárias Classe A, o valor relevante em reais será convertido em ações ordinárias Classe A em data de apuração que cairá até o último dia útil do mês de março seguinte ao ano em que tal valor foi concedido. No plano PILP Metas, o respectivo pagamento deverá ser feito e/ou as ações ordinárias classe A entregues em até 10 dias úteis a partir dessa data de apuração. Antes da criação do PILP Metas, membros da Administração participavam do PILP, que foi instituído pelo UOL para as empresas do grupo em 29 de julho de 2015 e adotado pela PagSeguro Digital Ltda. Os beneficiários do PILP foram selecionados pelo Comitê, que é composto pelo presidente da Companhia e dois diretores. Aos beneficiários do PILP foram concedidos direitos na forma de valores nacionais em dinheiro sem contraprestação em dinheiro. Nesse plano, os funcionários (incluindo executivos seniores) das empresas do grupo recebem remuneração na forma de pagamentos baseados em ações, em que os funcionários prestam serviços como contraprestação por instrumentos patrimoniais (operações liquidadas com ações). O custo das transações liquidadas com ações é determinado pelo valor justo valor na data da concessão. Esses direitos são adquiridos em cinco parcelas anuais iguais a partir de um ano após a data de concessão do beneficiário. Nas demonstrações financeiras do PagSeguro são registrados saldos de partes relacionadas a pagar junto ao PagSeguro Digital e despesas com pessoal relacionadas ao PILP e PILP-Metas. 2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. Imposto de renda e contribuição social correntes: Os ativos e passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor recuperável esperado ou no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde o PagSeguro opera e gera renda tributável. O imposto de renda e a contribuição social corrente relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. O PagSeguro avalia periodicamente as posições tributárias envolvendo interpretação da regulamentação tributária e estabelece disposições quando apropriado. O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSL é calculada pela alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Impostos diferidos: Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre as bases tributárias dos ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto nas seguintes situações: • Quando o passivo de impostos diferidos decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta o lucro contábil nem o lucro tributável; • Sobre diferenças de impostos temporárias relacionadas a investimentos em subsidiárias, quando o momento da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não se revertirão no futuro previsível; • Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais negativos, na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual possam ser compensados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta a contabilização ou a perda de lucro tributável; e • Os ativos tributários diferidos são reconhecidos nas diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas apenas na medida em que seja provável que as diferenças temporárias se revertirão no futuro previsível e que o lucro tributável estará disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil de ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que é provável que um lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que todo ou parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados. Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são revisados, em cada data de balanço, e reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir sua utilização. Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados usando as taxas de imposto vigentes no ano em que os ativos serão realizados e os passivos serão liquidados. As taxas de imposto atualmente definidas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social são usadas para calcular impostos diferidos. 2.18. Benefícios a empregados: O PagSeguro reconhece um passivo e uma despesa com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais do PagSeguro. A definição dos montantes pagos é aprovada em comitê específico e seu pagamento está vinculado ao atingimento de metas definidas pela administração. 2.19. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 as ações ordinárias estão classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementalmente diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado líquido de impostos. 2.20. Resultados recorrentes e não recorrentes: A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Com base na definição acima, a Companhia não teve nenhuma operação classificada como não recorrente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. 2.21. Normas emitidas e ainda não adotadas - Resolução BCB nº 352/2023: A Resolução BCB nº 352/2023 estabelece conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Estas novas regras alinham os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros detidos por estas instituições financeiras às melhores práticas internacionais, mais especificamente ao pronunciamento IFRS 9 - Financial Instruments, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Resolução BCB nº 352/2023 dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2025. Os principais aspectos que contêm as novas normativas são: Classificação de Instrumentos Financeiros: O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "somentes principal e juros" (SPJ). Com base no supracitado, o ativo será classificado como: • Custo Amortizado: quando o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. • Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: quando o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. • Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. O PagSeguro realizou análise de suas carteiras, com o objetivo de identificar os modelos de negócios existentes, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros. Com base nesta análise, não ocorrerão alterações relevantes na mensuração da carteira decorrentes da adoção da nova norma, considerando que não existem mudanças significativas referentes à classificação que vinha sendo realizada sob a norma existente versus as novas classificações, com relação aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação à norma atual. A segregação desses ativos e passivos financeiros entre as categorias acima está demonstrada na nota 27. Com base nos modelos adotados, o PagSeguro estimou que não há impacto em seu patrimônio líquido, decorrente da adoção da RES. BCB nº 352/2023, relativo à aplicação dos novos critérios de classificação de ativos financeiros em contrapartida aos respectivos ativos financeiros. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito: Com base nos novos normativos um ativo financeiro é caracterizado como "Ativo Problemático", quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou se houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. As operações reestruturadas tratadas de uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador. A Companhia considera como ativo problemático os seguintes critérios para caracterização de um ativo problemático: • Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; • Indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais; • Constatação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas; • Reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação; • Falência decretada, recuperação judicial ou atos simili-</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>lares pedidos em relação à contraparte; • Medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento das obrigações nas condições pactuadas; • Diminuição significativa da liquidez do ativo financeiro associado à obrigação, devido à redução da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas; • Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes pela contraparte; • Negociação de instrumentos financeiros de emissão da contraparte com desconto significativo que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito. Este ativo financeiro deixará de ser considerado um ativo problemático quando: • Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos; • Manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; • Cumprimento das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; • Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Com base nos modelos adotados, o PagSeguro estimou que não há impacto em seu patrimônio líquido, decorrente da adoção da RES. BCB nº 352/2023, relativo à aplicação dos novos conceitos de ativos problemáticos em contrapartida aos respectivos ativos financeiros. Taxa Efetiva de Juros: A RES BCB nº 352/2023 estabelece, dentre outros, os requerimentos para apropriação de receita e encargos. Segundo a normativa as receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, pro rata temporis, utilizando-se o método de juros efetivos. Este normativo ainda determina que a taxa de juros efetiva dos instrumentos financeiros deve ser determinada pela taxa que iguala o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Em outras palavras, a taxa efetiva de juros reflete a taxa contratual acrescido dos custos de transação (despesas e receitas) que serão apropriados ao longo do tempo da operação. Sendo assim, o método de juros efetivo (ou taxa de juros efetiva) consiste em incorporar a taxa contratual (nominal) os custos e receitas ligadas a aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro e devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços através pro rata temporis. Os instrumentos financeiros classificados nas categorias custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A Resolução BCB nº 352/2023, estabelece que os custos de transação que devem ser considerados na Taxa Efetiva de Juros são aqueles diretamente relacionados às receitas e despesas atribuíveis a aquisição, à originação ou à emissão do instrumento financeiro específico, desde que este possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento. Com base nos modelos adotados, o PagSeguro estimou que não há impacto em seu patrimônio líquido, decorrente da adoção da RES. BCB nº 352/2023, relativo à aplicação dos novos critérios de taxa efetiva de juros. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A RES. BCB nº 352/2023 introduz um novo modelo de perdas esperadas para ativos financeiros que requer o reconhecimento das perdas de crédito esperadas (ECL - Expected Credit Losses) em vez de somente a aplicação das regras de provisionamento estabelecidas na Resolução nº 2682, de 22 de dezembro de 1999, previstas no padrão atual. De acordo com as novas diretrizes a Companhia irá realizar a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/2023 para: i) ativos financeiros; ii) garantias financeiras prestadas; iii) compromissos de crédito e créditos a liberar, sendo que: A Companhia aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito. Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas. Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (lifetime). O reconhecimento de juros dessas operações se dá sobre o saldo devedor financeiro, sem considerar valores de provisão para perda esperada. Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, os créditos já estão em default e os eventuais juros são reconhecidos com base no saldo contábil líquido de provisão para perda esperada. Metodologia de estimação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Probabilidade de Inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte possa cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos da RES. BCB nº 352/2023, serão considerados ambos: PD-12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD - tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação para a estimação desses parâmetros devem ser consideradas. - Perda por Inadimplência (LGD): é a perda resultante no caso de incumprimento, ou seja, a porcentagem de exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimação. - Exposição a Inadimplência ou EAD: é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações. - Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro ao seu valor contábil. Para a estimativa dos parâmetros supracitados, o PagSeguro tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna. Para este fim, o PagSeguro trabalhou na definição de um modelo interno com o objetivo de analisar todas as alterações necessárias para adaptar as classificações e modelos contábeis, bem como estimar a perda esperada associada ao risco de crédito existente em cada unidade ao anteriormente definido, para as operações de crédito o modelo anteriormente adotado para 31 de dezembro de 2024 já incluía a adoção de modelos estatísticos mais conservadores do que a 2682 baseada na experiência histórica de perda para cada carteira e que por isso não foram apuradas diferenças significativas nos novos modelos de perda pela RES. BCB nº 352/2023 a serem adotadas a partir de 1 de janeiro de 2025. Com base nos modelos adotados, o PagSeguro estima um impacto bruto no patrimônio líquido de aproximadamente R\$35 milhões de incremento de provisão para perdas esperadas, este incremento abrange as relações interfinanceiras para os recebíveis contra os bancos emissores e os outros créditos para os recebíveis de cartão de crédito. Stop Accrual: A RES. BCB nº 352/2023 estabelece, dentre outros, os requerimentos para apropriação de receita e encargos. Segundo a normativa as receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, pro rata temporis, utilizando-se o método de juros efetivos, com interrupção do acúmulo de juros (stop accrual) quando caracterizado como um ativo problemático (com problema de recuperação de crédito). Nestas situações, o reconhecimento de juros se dará quando do seu efetivo recebimento e não por ocasião pro rata temporis, como reconhecidos para os ativos não problemáticos. Operações Renegociadas e/ou Reestruturadas: A RES BCB nº 352/2023 apresenta os seguintes conceitos em relação a reestruturações e renegociações: Renegociação: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original; Reestruturação: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. A resolução BCB nº 352/2023, apresenta orientações voltadas ao tratamento de receitas e despesas associadas a reestruturações quando ocorrer adoção da metodologia diferenciada para cálculo da taxa efetiva de juros, aplicável a operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito, essas também serão detalhadas nesse documento. De acordo com os critérios estabelecidos pela Administração do PagSeguro, serão qualificadas como operações reestruturadas quando: • Renegociação de operações classificadas como ativos problemáticos; • Renegociação de operações que sofreram renegociações sucessivas; • Renegociações que incluem descontos sobre o saldo de principal; • Renegociações com prorrogações significativas nos prazos para pagamento; • Renegociações de operações de Cartões cancelados. O PagSeguro não estima impacto quando da adoção inicial da norma, uma vez que não há reestruturações de operações em seu modelo de negócios. Contabilização de Hedge: Conforme estabelecido nas RES. BCB nº 352/2023, as novas regras para contabilidade de hedge, somente serão implementadas em 2027, desta forma, o PagSeguro realizará durante o exercício de 2025, os estudos e avaliações dos impactos técnicos sobre as estruturas de proteção. 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos para o exercício, estão contempladas a seguir: a) Contingências: O PagSeguro reconhece provisões para processos cíveis, tributários e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudenças disponíveis, a hierarquia das leis e as decisões mais recentes dos tribunais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. b) Impairment de ativos: O julgamento da administração deve ser exercido especialmente na previsão dos fluxos de caixa da UGC, cálculo do custo médio ponderado de capital ("WACC"), estimativa de inflação e taxa de crescimento de longo prazo com base no produto interno bruto estimado usado no cálculo do valor em uso do UGC. Em virtude da migração das operações da MOIP para o PagSeguro, o teste de impairment para os ativos de vida útil indefinida gerados pela aquisição da MOIP, levam em consideração os clientes originários da MOIP que já estão sendo atendidos pelo PagSeguro.</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>4. Caixa e equivalentes de caixa</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Depósitos bancários (i) 735.502 1.928.966</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Depósito no exterior em moedas estrangeiras 23.648 19.179</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Banco Central - outras reservas livres 86 73</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Fundos de investimento em renda fixa exclusivos - (a) 133 4.016.652 4.016.665 - - 4.016.665</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Debêntures - (b) 472.902 699.889 1.172.791 (130.663) - 1.042.128</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Letras financeira de renda fixa - (c) 7.565 577.066 584.631 - - 584.631</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Moeda eletrônica - (d) 1.531.652 - 1.531.652 - - 1.531.652</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Total 4.612.344 (2.126.609) 2.485.735 3.935.007 (1.580.799) 2.354.208</p>									
<p>(i) A redução no saldo refere-se substancialmente ao saldo mantido em depósito para cobertura da conta pix. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e incluem valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior. O valor de remuneração de caixa e equivalentes de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$53.153 (R\$17.243 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023).</p>									
<p>5. Instrumentos financeiros</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Fundos de investimento em renda fixa exclusivos - (a) 133 4.016.652 4.016.665 - - 4.016.665</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Debêntures - (b) 472.902 699.889 1.172.791 (130.663) - 1.042.128</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Letras financeira de renda fixa - (c) 7.565 577.066 584.631 - - 584.631</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Moeda eletrônica - (d) 1.531.652 - 1.531.652 - - 1.531.652</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Total 4.612.344 (2.126.609) 2.485.735 3.935.007 (1.580.799) 2.354.208</p>									
<p>6. Depósitos bancários</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Depósitos bancários (i) 735.502 1.928.966</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Depósito no exterior em moedas estrangeiras 23.648 19.179</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Banco Central - outras reservas livres 86 73</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Fundos de investimento em renda fixa exclusivos - (a) 133 4.016.652 4.016.665 - - 4.016.665</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Debêntures - (b) 472.902 699.889 1.172.791 (130.663) - 1.042.128</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Letras financeira de renda fixa - (c) 7.565 577.066 584.631 - - 584.631</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Moeda eletrônica - (d) 1.531.652 - 1.531.652 - - 1.531.652</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Total 4.612.344 (2.126.609) 2.485.735 3.935.007 (1.580.799) 2.354.208</p>									
<p>7. Outros créditos</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Recebíveis cartões de crédito (i) 478.514 278.404</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Recebíveis diversos 113.751 50.205</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Adiantamentos 43.442 33.902</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Partes relacionadas (ii) 38.274 17.465</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>Comissões a receber (iii) - 34.243</p>									
				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023				
				Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<p>AFAC (iv) - 800</p>									

Movimentação do imobilizado:		Equipamentos e Máquinas e equipamentos (a)					Móveis e utensílios		Beneficiarias imóveis de terceiros		Outros		Total	
		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023										
		Amortização acumulada		Líquido		Custo		Amortização acumulada		Líquido				
Em 31 de dezembro de 2022														
Custo	3.379.735	209.231	3.030	17.386	5.209	3.614.591								
Depreciação acumulada	(1.113.756)	(64.129)	(1.065)	(4.426)	(1.049)	(1.184.425)								
Saldo contábil, líquido	2.265.979	145.102	1.965	12.960	4.160	2.430.166								
Em 31 de dezembro de 2023														
Saldo inicial	2.265.979	145.102	1.965	12.960	4.160	2.430.166								
Custo	277.097	29.345	(68)	(59)	14.101	320.416								
Adições	902.788	33.071	33	1.038	17.374	954.304								
Baixas	(625.691)	(3.726)	(101)	(1.097)	(3.273)	(633.888)								
Depreciação	(367.559)	(21.759)	(270)	(1.361)	(5.425)	(396.374)								
Adições	(692.487)	(22.597)	(300)	(1.716)	(6.399)	(723.499)								
Baixas	324.928	838	30	355	974	321.125								
Saldo contábil, líquido	2.175.517	152.688	1.627	11.540	12.836	2.354.208								
Em 31 de dezembro de 2024														
Custo	4.293.816	259.825	3.049	18.992	36.662	4.612.344								
Depreciação acumulada	(1.989.240)	(107.716)	(1.635)	(7.571)	(20.446)	(2.126.609)								
Saldo contábil, líquido	2.304.576	152.109	1.414	11.421	16.215	2.485.735								
(a) O valor contábil de custo de máquinas e equipamentos inclui o montante de R\$4.215.917 referentes às máquinas POS (R\$3.587.601 em 31 de dezembro de 2023), as quais apresentam vida útil de 5 anos. A depreciação acumulada das máquinas POS em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.961.158 (R\$1.460.365 em dezembro de 2023). (b) O valor contábil líquido das baixas está impactado por R\$163.891 referentes a baixa de POS, sendo R\$416.030 de custo e R\$252.139 de depreciação. Durante o exercício de 2024, a Companhia revisou sua estratégia de negócios para um grupo específico de lojistas e observou que nenhum benefício econômico futuro deles é esperado, resultando na baixa de dispositivos POS alocados a esses lojistas.														
10. Intangível														
		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023										
		Amortização acumulada		Líquido		Custo		Amortização acumulada		Líquido				
Gastos com software e tecnologia														
Custo	4.913.662	(2.480.529)	2.433.133	3.811.872	(1.738.392)	2.073.480								
Direito de uso de software	307.282	(178.103)	129.179	273.324	(130.373)	142.951								
Marcas e patentes	25	-	25	25	-	25								
Total	5.220.969	(2.658.632)	2.562.337	4.085.221	(1.868.765)	2.216.456								
Movimentação do intangível:														
		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023										
		Gastos com software e tecnologia		Direito de uso de software		Marcas e patentes								
Em 31 de dezembro de 2022														
Custo	2.860.094	219.537	25	3.079.656										
Amortização acumulada	(1.150.158)	(84.226)	-	(1.234.384)										
Saldo contábil, líquido	1.709.936	135.311	25	1.845.272										
Em 31 de dezembro de 2023														
Saldo inicial	1.709.936	135.311	25	1.845.272										
Custo	951.776	53.787	-	1.005.563										
Adições (a)	951.998	53.787	-	1.005.785										
Baixas	(222)	-	-	(222)										
Amortização	(588.234)	(46.145)	-	(634.379)										
Adições	(588.468)	(46.145)	-	(634.613)										
Baixas	234	-	-	234										
Saldo contábil, líquido	2.073.478	142.953	25	2.216.456										
Em 31 de dezembro de 2024														
Custo	3.811.872	273.324	25	4.085.221										
Amortização acumulada	(1.738.392)	(130.373)	-	(1.868.765)										
Saldo contábil, líquido	2.073.480	142.951	25	2.216.456										
Em 31 de dezembro de 2023														
Saldo inicial	2.073.480	142.951	25	2.216.456										
Custo	1.101.790	33.958	-	1.135.748										
Adições (a)	1.101.790	34.105	-	1.135.895										
Baixas	-	(147)	-	(147)										
Amortização	(742.137)	(47.730)	-	(789.867)										
Adições	(742.137)	(47.838)	-	(789.975)										
Baixas	-	108	-	108										
Saldo contábil, líquido	2.433.133	129.179	25	2.562.337										
Em 31 de dezembro de 2024														
Custo	4.913.662	307.282	25	5.220.969										
Amortização acumulada	(2.480.529)	(178.103)	-	(2.658.632)										
Saldo contábil, líquido	2.433.133	129.179	25	2.562.337										
(a) As adições se referem aos gastos pulverizados com desenvolvimento de software, principalmente relacionados a melhoria da experiência do cliente, tais como: Adquirência, emissão, conta digital, pagamento digital, aplicativo de celular, novas plataformas estruturais de dados e digitais, entre outros. Adicionalmente, foi realizada avaliação no reconhecimento contábil dos ativos intangíveis gerados internamente e que têm como objetivo tornar essas práticas mais aderentes aos requerimentos da Resolução BCB nº7/20.														
11. Depósitos e outras obrigações – diversas														
		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023										
Outros depósitos														
Obrigações com terceiros (i)		1.083.052	1.875.369											
Total		1.083.052	1.875.369											
Valores a repassar a estabelecimentos														
Obrigações com terceiros (ii)		16.567.630	14.887.383											
Diversas curto prazo														
Fornecedores		669.542	566.664											
Salários e encargos		278.033	241.573											
Partes relacionadas (iii)		51.245	40.786											
Comissões a Pagar (iv)		9.605	-											
Subsídios a pagar (v)		157.636	55.949											
Outras contas a pagar		82.714	31.618											
Total		1.249.075	936.135											
Em 31 de dezembro de 2024														
Diversas longo prazo		503.199	439.485											
Contingências (vi)		157.509	267.600											
Partes relacionadas (iii)		9.148	29.639											
Outras contas a pagar		669.856	736.724											
(i) Os depósitos são compostos substancialmente por saldos que já foram repassados aos estabelecimentos comerciais referentes às transações web, transações feitas pelos portadores de cartões e o valor disponível nos cartões pré-pagos, cartão da conta e conta digital, de forma que o saldo está disponível para retirada e/ou uso dos clientes. (ii) As obrigações com terceiros correspondem aos montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais e aos valores bloqueados referentes às transações feitas pelos portadores de cartões, líquidas das taxas de intermediação e descontos aplicados. De forma geral, o prazo de liquidação do PagSeguro com os estabelecimentos comerciais está substancialmente inferior a 1 ano. (iii) As operações com partes relacionadas estão detalhadas na nota 13. (iv) O comissionamento se refere a operações realizadas junto ao BancoSeguro referente indicações de clientes e produtos. (v) O saldo relacionado aos valores de subsídio efetuado pelo PagSeguro para empresa Net+Phone Telecomunicações, em relação as operações de atendimento. (vi) As contingências do PagSeguro estão detalhadas na nota 16.														
12. Empréstimos: A composição dos empréstimos está demonstrada abaixo:														
Originação	Vencimento	Taxa de Juros	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023										
2023 (i)	2024	110,0% do CDI	-	189.426										
2024 (i)	2025	110,2% do CDI	252.287	-										
2024	2025	109,9% do CDI	762.078	-										
2024	2025	106,6% do CDI	2.513.021	-										
2024	2025	105,5% do CDI	350.168	-										
2024 (ii)	2025	105,0% do CDI	643.949	-										
2024 (ii)	2025	110,0% do CDI	33.704.349	12.983.576										
			38.225.852	13.173.002										
(i) Os empréstimos foram contratados em moeda estrangeira, conforme mencionado na nota 28. (ii) O saldo refere-se aos empréstimos realizados com o BancoSeguro. Em dezembro de 2024, o PagSeguro registrou os efeitos dos derivativos de swap no ativo no montante de R\$58.470 conforme mencionado na nota 28. A movimentação dos empréstimos está demonstrada abaixo:														
		31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2023										
		Adições		Juros		Pagamentos		Instrumentos derivativos						
		13.168.089		359.246		(336.702)		(17.631)						
Em 31 de dezembro de 2023														
		Adições		Juros		Pagamento		Instrumentos derivativos						
		48.605.813		2.434.542		(26.045.975)		58.470						
Em 31 de dezembro de 2024														
		Adições		Juros		Pagamento		Instrumentos derivativos						
		13.168.089		359.246		(336.702)		(17.631)						

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. - CNPJ/MF nº 08.561.701/0001-01 - NIRE 35300495834																													
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)																													
Transação	Taxa de		Cenário com manutenção do CDI (12,15%)	Cenário simulado com acréscimo de 1% (para 13,15%)	Cenário simulado com acréscimo de 14,90%	31 de dezembro de 2024					31 de dezembro de 2023																		
	Juros	Valor				Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significativas (Nível 2)	Adições não observáveis significativas (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos significativos (Nível 1)	Adições observáveis significativas (Nível 2)	Adições não observáveis significativas (Nível 3)																		
Caixa e Equivalentes	100%	759.236	92.247	99.840	113.126	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Títulos renda fixa	103%	7.175.076	897.925	971.828	1.101.159	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Empréstimos	110%	38.225.852	(5.108.885)	(5.529.370)	(6.265.217)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-										
Total			(4.118.713)	(4.457.702)	(5.050.932)																								
A tabela abaixo analisa os passivos financeiros do PagSeguro, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.																													
			A vencer até 30 dias	A vencer até 31 a 120 dias	A vencer até 121 a 180 dias	A vencer até 181 a 365 dias	A vencer acima de 365 dias																						
Em 31 de dezembro de 2024																													
Obrigações com terceiros			12.258.038	2.979.040	607.624	638.359	84.570																						
Depósitos	1.083.051		-	-	-	-	-																						
Empréstimos			6.528.199	8.715.807	13.781.929	9.199.918	-																						
Partes relacionadas			-	60.850	-	-	157.509																						
Outras			-	95.164	-	-	9.148																						
Em 31 de dezembro de 2023																													
Obrigações com terceiros			9.116.148	2.636.667	573.115	2.375.592	185.861																						
Depósitos	1.875.369		-	-	-	-	-																						
Empréstimos			-	714.820	-	12.458.181	-																						
Partes relacionadas			-	202.928	-	-	267.600																						
Outras			-	10.168	-	-	29.640																						
vi) Prevenção à lavagem de dinheiro: O PagSeguro possui como instrumentos de controle, políticas e procedimentos de monitoramento das operações de clientes, fornecedores e parceiros, a fim de prevenir, detectar, evitar e combater a "lavagem de dinheiro" oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, bem como o uso da estrutura do Grupo para esses fins. A participação frequente da Administração na prevenção e detecção à "lavagem de dinheiro" e combate ao financiamento do terrorismo assegura a sinergia entre as diversas áreas e o contínuo acompanhamento das atividades e operações realizadas, possibilitando definir políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais. vii) Risco cibernético: Risco cibernético é a possibilidade de ocorrências com efeitos indesejáveis decorrentes de ameaças digitais à infraestrutura de tecnologia da informação, podendo ocasionar perdas relacionadas ao ambiente virtual, que: • Produzem efeitos anômalos e/ou adversos, ameaçam o funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; • Infringem políticas e/ou procedimentos de segurança da informação referentes aos sistemas de TI. Considerando que o PagSeguro atua em um ambiente desafiador em termos de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias que visam mitigar essas ameaças, bem como políticas e procedimentos de defesa, assegurando a confidencialidade, integridade e segurança dos dados inerentes aos sistemas utilizados. O grupo tem equipes treinadas e disponibiliza cursos on-line, visando treinar os profissionais, para que estejam cientes das medidas de prevenção e saibam relatar incidentes a fim de minimizar os riscos cibernéticos, seguindo os requerimentos da Circular 3.909/18. viii) Riscos sociais, ambientais e climáticos: Os riscos sociais, ambientais e climáticos são a possibilidade de perdas devido à exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climática relacionados às atividades desenvolvidas pela Companhia. A Administração avaliou os fatores sociais, ambientais e climáticos nos quais seus negócios estão inseridos e os considera de baixo impacto na criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazo. Apesar disso, para mitigar os riscos sociais, ambientais e climáticos, são realizadas ações para analisar processos, riscos e controles, acompanhar novas regras relacionadas ao tema e registrar ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta aos riscos, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam a gestão desse risco na Companhia. ix) Conformidade: O time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade e requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17 e Resolução BCB nº 65/21. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão. A área de PLDT é responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da Companhia, em atendimento às normas pertinentes, inclusive a Circular BACEN nº 3.978/20. 25. Gestão de capital: A gestão de capital baseia-se na apuração e alocação de capital suficiente para atingir o montante mínimo requerido pelo regulador. Assim, a Companhia mantém uma percepção de risco adequada ao tipo de negócio, permitindo o acesso a novas captações em condições viáveis à manutenção e continuidade da operação, bem como o crescimento sustentável ao longo do tempo. O montante de capital mínimo é definido segundo a metodologia descrita nas normas impostas pelo regulador. O PagSeguro mantém uma reserva de capital suficiente para atender à demanda do regulador, bem como a avaliação interna de risco do negócio. O Pagseguro efetuou o cálculo de índice de Basileia pelo conglomerado prudencial, seguindo as regras estabelecidas pela Resolução BCB nº 197 de 11 de março de 2022, chegando ao índice de 28,38%. 26. Valor justo: O valor justo refere-se ao preço que deveria ser recebido decorrente da venda de um ativo ou pago decorrente da transferência de um passivo (preço de liquidação) no mercado co-																													
A Diretoria										Wilson Gomes de Lima - Contador - CRC 1SP212238/0-0																			
São Paulo, 26 de março de 2025. Carta de apresentação das demonstrações financeiras do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Em cumprimento às determinações do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), encaminhamos as demonstrações financeiras do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("PagSeguro"), que compreendem o relatório da administração, o balanço patrimonial, demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstrações de resultados abrangentes, as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Termo de Responsabilidade da Administração: A Administração do PagSeguro é responsável pela elaboração e conteúdo das Demonstrações Financeiras e arquivos apresentados. As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em conformidade com as regulamentações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Divulgação: As demonstrações financeiras, contidas neste documento, foram di-										vulgadas em diretório de acesso público no sítio do PagSeguro no dia 26 de março de 2025 e podem ser acessadas por meio do link: <a href="https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras">https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras</a> . Atenciosamente, PAGSEGURO INTERNET INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. Artur Gaulke Schunck - Diretor Vice-presidente Wilson Gomes de Lima - Contador - CRC: 1SP212238/0-0																			
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras										queridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de bur-										lar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de março de 2025									
Aos Administradores e Acionistas PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos re-										PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/0-5 Marcelo Luis Teixeira Santos Contador CRC 1PR050377/0-6																			